

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.246 - PR (2020/0249019-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO
ADVOGADOS : RODRINEI CRISTIAN BRAUN - PR034640
JOÃO THIAGO DUARTE - PR047137
CAMILA SLOGO PEGORARO - PR041048
AGRAVADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO
PUBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRAO -
SINTEPFB
ADVOGADO : ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO - DF012067
ADVOGADOS : ERYKA FARIAS DE NEGRI - DF013372
ANDRÉ FRANCO DE OLIVEIRA PASSOS - PR027535
RODRIGO CAMARGO BARBOSA - DF034718
ALMIR ANTONIO FABRICIO DE CARVALHO - PR044770
RENATO RIBEIRO DE OLIVEIRA - DF040672
SANDRO LUNARD NICOLADELI - PR022372
EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BRAGA - DF044708

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

Administrativo. Servidor. Professor municipal. Reajuste salarial. Inadequação da via eleita. Não verificada. Ausência de vinculação do Observância *nomen iuris*. dos pedidos e da causa de pedir. Violação da independência dos Poderes. Não configurada. Controle recíproco entre os Poderes. Ausência de ofensa a Súmula Vinculante n. 37. Valor da causa. Ação coletiva ajuizada por sindicato. Fixação por estimativa. Precedentes. Reajuste salarial à classe de magistério. Antinomia jurídica. Prevalência da norma municipal mais específica, que prevê o reajuste no mesmo percentual aplicado ao reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional, à todas as classes e referências. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia. Juros de mora. Alteração de ofício. Adequação ao entendimento do STF. Honorários recursais. Sentença mantida, no mais, em reexame necessário.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 485, VI, do

CPC, no que concerne à infungibilidade da ação de cobrança pela ação declaratória e, portanto, violação ao devido processo legal decorrente da ausência de interesse processual, trazendo os seguintes argumentos:

Cediça que a causa de pedir das demandas declaratórias são indiscutivelmente divergentes dos processos de cobrança. Ora, se recebe a demanda de cobrança como declaratória, mas se julga como ação de cobrança. Frisa-se que não se trata de mero inconformismo, mas de compreensões valorativas distintas e necessárias ao mínimo de ordenamento processual, sob pena de revolver as condutas processuais. Na pior das hipóteses houve a admissão do Tribunal de Justiça à hibridez processual, onde se recebe a demanda como declaratória e se julga como cobrança. Com efeito, cristalino o prejuízo na defesa do recorrente em uma demanda que ora é tratada de uma forma ora de outra. Desta forma, a demanda deveria já ter sido extinta sem resolução de mérito dada impossibilidade de julgamento da matéria vez que se trata de via inadequada, em erro grosseiro, escolhida pelo recorrido, e em afronta ao interesse processual em agir e não respeitando o art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil. (fls. 562).

O venerando acórdão fere o art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil, tendo em vista que ao alegar tratar-se apenas de erro de nomen iuris, na verdade condena o município com base em pleito de cobrança. No presente caso criou-se um híbrido, uma ação declaratória em seu corpo com pedidos de ação ordinária de cobrança. Esta anomalia jurídica fere o Princípio do Devido Processo Legal, pois cria abominação processual jurídica, que não pode ser relevado com simples nomen iuris, tampouco, comporta aplicação do Princípio da Fungibilidade. Igualmente dada a inadequação da via eleita fere o interesse processual em agir, art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil que decorre diretamente do princípio do Devido Processo Legal. (fls. 558).

Quanto à segunda controvérsia, alega a aplicação equivocada das normas relativas aos reajustes dos vencimentos dos professores municipais, trazendo os seguintes argumentos:

Torna-se totalmente resolúvel o aparente conflito de norma, bem como evidente ausência de ofensa a qualquer norma da legislação municipal. Entretanto, note-se que o acórdão utiliza os argumentos do recorrente de que forma inversa, ao inverter a especialidade das normas, especial, provavelmente ausência da análise do art. 5 2 da legislação comprometeu o julgamento, ainda que em sede de embargos declaratórios a decisão reconheceu a omissão, mas se reportou de forma que não houve a infringência. Contudo, não resta outra lógica senão esta, para

entender a inversão indevida das especialidades das normas legais. A Lei Municipal n. 2 4.260 de 2014, Estatuto Geral do Magistério, é regra de aplicação geral, justamente por ser a regra a todos aos servidores professores da rede municipal em qualquer espaço ou tempo, enquanto a Lei Municipal n. 2 4.547, de 2018, atribui regra especial ao respectivo exercício em seu art. 1 2 e art. 5 2 parte final (já apontado a omissão na análise do referido dispositivo), e principalmente por seu anexo I. Nota-se que não apenas o art. 5 2 trata de forma expressa o reajuste no percentual adotado com referência explícita, cristalina e diferenciada para os professores da rede municipal. (fls. 566).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

26/8/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESp n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no ARESp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no ARESp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no ERESp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente